

## NORBERT ELIAS E LA SOCIEDAD CORTESANA

José Luís Simões  
Universidade Metodista de Piracicaba

### Resumo

O texto analisa e reproduz algumas idéias de Norbert Elias contidas na obra *La Sociedad Cortesana*. Sendo a primeira obra de Elias, *La Sociedad Cortesana* apresenta e esmiuça alguns conceitos que posteriormente o autor retoma em vários outros trabalhos. As relações sociais entre os membros da corte de Luís XIV são o principal material de análise para esse autor que busca incansavelmente compatibilizar ciência e empirismo.

Palavras-chave: Norbert Elias; *La Sociedad Cortesana*; sociologia.

### A Corte de Luís XIV

*La Sociedad Cortesana*, primeira grande obra de Elias, foi escrita no início dos anos trinta, porém, foi publicada somente em 1969 na versão alemã, e teve sua primeira impressão em espanhol em 1982.

A obra que analisamos é um dos exemplares da primeira reimpressão da versão em espanhol, datada de 1996. Devemos registrar que há a tradução da obra para o português, no entanto, optamos por não utilizá-la tendo em vista que faltam algumas páginas nessa versão, o que permite dizer que a tradução precisa ser revista.

O centro do interesse sociológico de Elias em *La Sociedad Cortesana* se encontra na relação entre empirismo e teoria. Elias marca sua produção teórica dando grande destaque ao universo empírico. Nesse livro, Elias pretende fixar terminologicamente o conceito de “sociedade cortesana” da mesma forma que fixou-se o conceito de “sociedade burguesa”.

Na introdução da obra Elias faz críticas à visão histórica pautada em fatos ou em atos de personagens que se tornaram célebres na história da humanidade. Para Elias, o motor da história na sociedade de corte são as disputas pelo poder e prestígio que envolviam o poder régio, a nobreza e a burguesia.

As relações de interdependências entre as diversas configurações que formavam a corte de Luís XIV são o grande pano de fundo de *La Sociedad Cortesana*.

Os conceitos *configuração*, *interdependência* e *segunda natureza* são as principais ferramentas que Elias utiliza para analisar a sociedade cortesã à época de Luís XIV. Logo na introdução o autor expõe um fragmento importante do modelo de análise social que utiliza durante todo o livro: “A sociedade de corte não é um fenômeno que existe fora dos indivíduos que a formam; os indivíduos que a constituem, os reis, os ajudantes das câmaras, não existem fora da sociedade que integram uns com os outros. O conceito de ‘configuração’ serve para expressar esta situação”<sup>1</sup>.

Na análise de Elias, *sociedade* e *indivíduo* são conceitos complementares. Não há sociedade sem indivíduos, nem tampouco indivíduos que vivem fora da sociedade. Portanto, refletir a sociedade significa refletir a dinâmica das relações entre os indivíduos.

Segundo Elias, a corte do antigo regime apresenta-se com tantos problemas quanto quaisquer outras formas sociais de configuração. Todavia, na sociedade de corte recrudescia a necessidade de auto-afirmação e imposição por parte daqueles que compunham tal configuração, e isto era uma peculiaridade da organização social cortesã.

O que Elias chama de corte do antigo regime nada mais é do que a casa e a economia doméstica dos reis e da nobreza. E é principalmente a partir da análise das estruturas habitacionais que Elias reflete as estruturas sociais da sociedade cortesã.

O palácio de Versailles é a grande estrutura habitacional onde residia Luís XIV com sua corte. Em 1774, habitavam cerca de 10.000 pessoas nas dependências do Versailles. Isto quer dizer que a sociedade cortesã aglutinava um expressivo número de pessoas num espaço relativamente pequeno. A corte funcionava como uma cidade.

Os cortesãos, afirma Elias, são habitantes urbanos. Todavia, a vinculação dos cortesãos com a cidade é menos firme que a dos burgueses com uma profissão. Assim, a vida na corte era freqüentemente ambulante, e os lacaios eram os responsáveis pelo transporte quando a nobreza se deslocava de uma localidade para outra.

Elias afirma que a antecâmara é o símbolo da sociedade de corte. A antecâmara era a sala que precedia o aposento do rei ou membro da nobreza, e nela os lacaios e serventes aguardavam em contínua disposição as ordens de seu superior na hierarquia social.

Na sociedade de corte os apartamentos distinguiam-se por meio de uma série de ornamentos. Existiam divisões de salas em partes com finalidades distintas. Por exemplo, o *appartement de société* era um espaço íntimo onde o Senhor e a Senhora recebiam seus convidados, enquanto o *appartement de parade* era um espaço reservado para visitas de oficiais e pessoas menos íntimas.

A grandeza da casa é a expressão de riqueza na sociedade de corte. Assim, a casa é para a sociedade senhorial um símbolo de posição que cada um ocupa na escala social.

Elias busca na Enciclopédia de Diderot e D’Alembert a distinção da denominação das habitações do burguês, do grande Senhor e do rei/príncipe. A casa do burguês se dizia *maison*; a do grande Senhor, *hôtel*; a do rei ou príncipe, *palais*.

A distinção na denominação das moradias representava uma forma de identificação do *status* na sociedade cortesã. Os grupos mais

<sup>1</sup> *La Sociedad Cortesana*, 1996, p. 31.

elevados buscavam manifestar por intermédio de suas moradias a classe social a qual pertenciam.

A dimensão e ornamentação da casa não dependiam da riqueza do proprietário, mas unicamente da “classe social estamentária e, em consequência, o dever de representação de quem nela habita”.<sup>2</sup> Nesse sentido, as pessoas de diferentes níveis na hierarquia social deviam ter aposentos conforme sua classificação social.

Elias destaca a implacabilidade da coação que existia para que se representasse o grau ocupado na hierarquia social. Por exemplo, a conduta e a casa de um Duque devia distinguir-se da de outros membros da sociedade cortesã.

Segundo Elias, o que parece luxo, em meados do século XX, não é supérfluo numa sociedade estruturada a partir da ostentação entre os diferentes grupos sociais. Os indivíduos deviam seguir os padrões de consumo próprios de suas respectivas classes.

## O Declínio da Nobreza e o Poder da Etiqueta

Uma das principais referências de Elias é *O Espírito das Leis*, de Montesquieu. Para Elias, a análise de Montesquieu contribuiu significativamente porque constrói um modelo sociológico que permite entender o que levou à ruína as famílias nobres. Um aspecto apontado é o fato de que na sociedade cortesã havia a proibição de ordem legal que impedia a nobreza da sociedade francesa de tomar parte em empresas comerciais, pois havia um entendimento de que o aumento da renda por parte do nobre, a partir desses meios, era desonroso para a classe e poderia trazer como consequência a perda do título.

Segundo Elias, foi Montesquieu que ofereceu a idéia de um mecanismo que levou à queda da renda da nobreza no contexto da sociedade cortesã. Em síntese, esse mecanismo consiste na aquisição acumulativa de dívidas com a finalidade de perpetuação da representação social ostentada pela nobreza. Com o objetivo de manter sua capacidade de consumo e, conseqüentemente, a representação social no contexto cortesão, a nobreza paulatinamente ia consumindo sua principal fonte de riqueza: as terras.

Um dos mecanismos de ascensão na sociedade cortesã era a outorga de títulos pelo rei ou seus representantes. Ricas famílias burguesas eram beneficiadas com títulos nobiliários, segundo critérios estabelecidos pelo rei. Por outro lado, o rei poderia suavizar o empobrecimento de uma família nobre, outorgando um cargo ou beneficiando-a com uma pensão. Todavia, os “favores” do rei ofereciam maior domínio sobre os beneficiados, pois, “os agraciados com as primeiras rendas dependiam do rei de um modo mais visível”<sup>3</sup>.

O rei era o principal mediador das relações sociais no âmbito da corte. O rei era o centro da configuração social.

Segundo Elias, a ascensão das famílias burguesas à condição de membros da nobreza promoveu o seguinte fenômeno: *acortesamento* da burguesia e *aburguesamento* da nobreza. Isto aconteceu porque as expressões e valores que simbolizavam a sociedade de corte passaram às famílias burguesas ascendentes, que assimilaram tais valores e expressões da nobreza.

Especialmente no capítulo V de *La Sociedad Cortesana*, Elias relata o ritual do “acordar” do rei destacando as diversas *entrées* (entradas) que os membros da corte faziam ao dormitório real assim que o rei se levantava. Elias descreve minuciosamente a forma de organização das visitas ao rei e quando cada segmento da corte estava autorizado a adentrar no dormitório real.

A etiqueta na estrutura social cortesã é ponto fundamental na análise de Elias. Para o autor, a etiqueta não existe por acaso, mas sim, constitui-se uma função simbólica muito importante. A etiqueta continuou existindo em sua totalidade até a Revolução, pois, renunciar a ela significava para todos os membros da corte o mesmo que renunciar aos privilégios e oportunidades de poder.

“Fetichismo de prestígio” é o termo utilizado por Elias quando ele se refere ao perfeito escalonamento das atividades de um determinado ritual na corte e o valor que possuía.

Segundo Elias, o cerimonial da corte era uma carga pesada para todos os participantes. No entanto, nenhuma das pessoas que compunham a configuração cortesã tinha possibilidade de questionar a tradição, afinal, toda intenção de reforma trazia consigo uma diminuição de privilégios. Em suma, a etiqueta e o cerimonial de corte garantiam a manutenção do *status* da nobreza como uma classe social distinta.

No interior da corte havia o que Elias chama de “circulo de competição por *status*”. Os nobres não abriam mão de suas oportunidades de poder perante as categorias inferiores da corte. A sociedade cortesã possibilitava uma perpétua mobilidade em função da competição por *status*. O homem que se encontrava em ascensão social ganhava mais respeito perante os outros.

Elias relata que a etiqueta era fundamental para a manutenção do domínio e prestígio do rei e, por isso, o rei tinha interesse em manter a nobreza como uma categoria distinta e segregada. A etiqueta não era somente um instrumento de distanciamento, mas também de domínio. Enfim, a etiqueta era a expressão mais patente de poder do rei.

## O autocontrole no trato cortesão e o poder do rei

*Autocontrole* é um conceito muito importante nessa obra de Elias. Para o autor, na sociedade cortesã acontecia transformações em alto grau das coações externas em autocoações, ou seja, o indivíduo passaria a ser o próprio agente repressor na medida em que se autopolicia e internaliza as coações externas.

A ponderação nas atitudes constituía-se a *segunda natureza* dos cortesãos. O falar, o cálculo dos gestos, eram sempre ponderados e manejados com elegância e minúcia.

O que Elias chama de “jogo de máscaras” a que se submetiam os aristocratas cortesãos no trato para com os demais, constituiu-se na segunda natureza dos indivíduos que viviam nesse sistema social.

<sup>2</sup> Ibid., p. 80.

<sup>3</sup> Ibid., p. 211.

Na sociedade de corte o poder da “fala” toma lugar do poder da “força”. O cortesão é coagido ao tratamento pacífico para com os homens. Nessa sociedade, o parlamento assume um papel de fundamental importância e ganha espaço para consolidação.

Todavia, a sociedade de corte não era uma sociedade pacífica. Havia uma constante competição entre os membros da corte que buscavam mais prestígios e *status* mais elevado. Assim, os cortesãos desenvolveram algumas especificidades no trato para com os demais membros da corte, tais como: a arte de observar os homens, que consistia em representar no teatro social observando as peculiaridades de cada indivíduo e observando-se a si mesmo; a arte de manipulação dos homens, que estava cuidadosamente ponderada segundo os objetivos de cada manipulador (o primeiro mandamento do manipulador consiste em dirigir-se ao interlocutor de segmento superior sem que ele perceba onde se quer que ele chegue); e a racionalidade cortesã, que significava controlar os afetos por causa de certos fins de importância vital, pois, a concorrência na vida cortesã impunha um controle dos afetos em favor de uma conduta exatamente calculada no trato com os homens.

O êxito ou fracasso na conduta do cortesão era decisivo a todo tempo e todos os dias, por isso, a ponderação nas atitudes era uma necessidade de sobrevivência numa sociedade assim estruturada.

As cortes não foram as únicas configurações onde os homens que as formavam encontravam-se em estado de elevado autocontrole. Todavia, foram as primeiras configurações com elevado nível de organização, concentração de poder e com maior círculo de influência.

O conceito *autocontrole* é discutido mais profundamente no capítulo VIII da obra, no momento em que Elias reflete sobre a gênese social do Romantismo aristocrático no curso da sociedade cortesã.

Segundo Elias, o Romantismo permitira perceber a sensibilidade dos homens, que primeiramente introduziu-se no emaranhado de interdependências mais denso pela integração do Estado, exigindo um autocontrole muito mais regular que posteriormente foi transformando-se em algo inato ao homem. Nesse sentido, o autocontrole das emoções e da conduta social assumiu um papel decisivo na gênese do movimento romântico e na sociedade cortesã.

No desenrolar da análise de Elias a respeito da gênese do Romantismo, destaca-se o saudosismo dos membros da corte em relação à vida campestre. Nesse momento, há uma ênfase na diferença entre vida no campo e vida urbana. Contudo, para manutenção das oportunidades de poder e prestígio no interior da sociedade de corte, emerge a necessidade dos cortesãos se enquadrarem à vida urbana, e Elias denomina esse fenômeno de “autocooções civilizatórias” inevitáveis na dinâmica da vida na corte.

Na sociedade de corte não havia separação entre a vida profissional e a vida privada. Para Elias, enquanto na *sociedade burguesa de massas*<sup>4</sup> o homem sabe com exatidão como comportar-se dentro de sua profissão, na sociedade de corte não havia distinção entre as esferas profissional e privada. Luís XIV, por exemplo, considerava sua própria figura como a figura do Estado. Luís XIV dizia: “O Estado sou eu”.

Luís XIV utilizava-se das inimizades e conflitos entre os membros da corte para diminuir a aversão deles em relação à posição régia e também para estabelecer vínculos de dependências dos cortesãos em relação a ele. Em suma, o rei necessitava realizar muito cálculo para equilibrar as tensões na corte.

Elias enfatiza que a atuação do soberano na sociedade de corte devia dar-se de forma que cada membro da corte manifestasse a ramificação da própria força do rei.

O rei deveria sempre dominar tarefas novas que lhe impunham determinada situação no cotidiano da vida na corte. Sua força individual em cada um dos encontros deveria legitimá-lo como governante e como ser superior. O poder de ação do rei assumia uma dinâmica de tal forma que “quando ele movia um dedo ou dizia uma palavra, colocava-se em ação, de modo extraordinário, dentro do campo social, maiores forças que as que ele havia aplicado...”<sup>5</sup>

A autoglorificação de sua existência social superava em intensidade e dimensão a de todos os demais membros da corte. O rei tinha o ideal não somente de reinar, mas também de apresentar-se como soberano em cada uma de suas ações e apresentações.

O rei tinha a intenção de perfeccionar uma organização inspecionável e previsível aos seus domínios, em especial, no seu grupo central, e por isso tinha a obrigação de submeter sua própria vida a uma ordem estritamente calculada por meio da etiqueta e do cerimonial de corte.

Todas as ações do rei eram organizadas e importantes como firmação de um tratado estatal, todas as ações da realeza serviam para a conservação da própria reputação do rei.

Luís XIV foi um grande homem, exercendo muita influência na história ocidental. Curiosamente, Elias afirma que o talento e os recursos individuais desse imperador eram medíocres. No entanto, atesta Elias, algumas tarefas em determinadas situações não podem ser desempenhadas por homens com capacidades criativas, mas sim por medíocres e equilibrados.

Luís XIV não tinha a característica de um governante conquistador. Era um monarca-carismático que assumiu o poder por meio da herança e tinha a tarefa de consolidar e assegurar o sistema de poder existente sem a necessidade de travar batalhas para realizar novas conquistas.

### **A corte: espaço de luta pelo poder**

No início do capítulo VII, Norbert Elias sentenciava: “toda forma de poder é expressão de uma luta social que consolida a

<sup>4</sup> *Sociedade burguesa de massas*: este termo é empregado várias vezes por Elias durante o transcorrer de sua análise. Para Elias, a sociedade burguesa de massas é a sociedade urbano-industrial dos séculos XIX e XX. Elias utiliza o conceito de *sociedade burguesa de massas* em vários momentos como modelo de relações sociais comparativo, ou simplesmente como modelo social distinto do sistema de vida na sociedade cortesã dos séculos XVII e XVIII.

<sup>5</sup> *La Sociedad...*, p. 179.

distribuição de poder correspondente a seu ponto de partida”<sup>6</sup>.

A partir da afirmativa acima, e principalmente nesse momento da obra, Elias centra a discussão na questão da luta pelo poder travada entre os cortesãos.

É claro para Elias que a sociedade de corte não é uma sociedade pacífica. Ao contrário, a sociedade cortesã é uma configuração com um equilíbrio multipolar de tensões.

“Quando se contempla a corte, se percebe um conjunto de grupos elitistas, que competem entre si [...] cujo cume é o rei, em cuja estrutura ocupa um lugar central no equilíbrio hábil de tensões entre grupos da nobreza de espada.”<sup>7</sup>

Elias aponta que Francisco I representou na sociedade cortesã um processo de transição do rei-cavaleiro para o rei-cortesano. Salienta ainda que Francisco I teve mais características de cavaleiro do que cortesão.

Enrique IV, segundo Elias, foi o grande vassalo do rei da França, uma espécie de príncipe rural. Enrique IV, mesmo sem possuir o poder de rei, lutou à frente do exército de cavaleiros contra um exército de mercenários do rei da Espanha e do Papa. Assim, podemos inferir que Enrique IV e Francisco I, diferentemente de Luís XIV, foram monarcas-conquistadores, reis-cavaleiros.

A desestabilização econômica da nobreza foi o fator fundamental para o processo de declínio deste segmento social. A disputa entre nobreza e monarquia decidiu-se no século XVII em favor da monarquia. Elias observa que a nobreza passou a ter necessidade do rei porque a vida na corte era a única no campo social daquele período que dava acesso a oportunidades econômicas e de prestígio.

Segundo Elias, toda instituição é produto de uma distribuição muito determinada de poder no equilíbrio de grupos humanos que são interdependentes. Nesse sentido, o entendimento de luta de classes no interior de uma instituição pode oferecer apenas uma visão parcial sobre a configuração do respectivo espaço social. Assim, Elias destaca que “a idéia segundo a qual as relações entre as categorias e os grupos de um campo social são em geral unívocas é algo totalmente simples que entre eles predomine o antagonismo e, por isso, a história seja a história da luta de classes aparece não certamente errônea, porém indubitavelmente unilateral”<sup>8</sup>.

Elias entende que a visão segundo a qual a história da humanidade é concebida como a história da luta de classes – na qual existe de um lado uma classe privilegiada exploradora, e de outro uma classe que é explorada e oprimida – não é suficiente para entender as relações sociais em todas as sociedades que perpassaram pela história da humanidade. Não é suficiente para explicar as relações de poder no interior da sociedade cortesã.

Mas é necessário ressaltar que Elias não atribui à visão da história da humanidade enquanto história da luta de classes a idéia de um entendimento errôneo acerca das relações sociais. O que fica claro na exposição de Elias é que tal visão simplesmente não é suficiente para entender as relações que se estabelecem no interior de todas as sociedades, em todos os períodos da história da humanidade.

Na verdade, Elias apresenta uma visão histórica alternativa ao materialismo histórico. Elias faz a crítica ao marxismo, porém, valorizando-o enquanto modelo de análise social. Acontece que Elias, esquivando-se do modelo e da onda marxista, em *La Sociedad Cortesana*, propõe, com discrição, um modelo original e alternativo de análise das relações sociais no contexto da sociedade cortesã: a Sociologia Configuracional.

### Abstract

The text analyze and reproduce some ideas of the Norbert Elias contained in the work *La Sociedad Cortesana*. How Elias's first work, *La Sociedad Cortesana* present and examine some concepts what subsequently the author retake in very others works. The socials relations among the court members of the Luís XIV are the principal material of analyze to that author what indefatigable search to compatible science and empiricism.

Key words: Norbert Elias; La Sociedad Cortesana; sociology.

### Referência Bibliográfica

ELIAS, Norbert. *La Sociedad Cortesana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

<sup>6</sup> Ibid., p. 197.

<sup>7</sup> Ibid., p. 354.

<sup>8</sup> Ibid., p. 239.